

DOI: 10.46943/V.CINTEDI.2024.01.018

ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA EM UMA ESCOLA NO SERTÃO DE PERNAMBUCO

Guilherme Vasconcelos Pereira¹

Emilly Caroliny Gomes Cordeiro Cunha²

RESUMO

Pensar na temática da acessibilidade arquitetônica dentro do contexto escolar significa refletir sobre a garantia de igualdade de acesso, ensino e permanência de qualquer pessoa no ambiente educacional. Um espaço escolar mais acessível diz respeito à disponibilidade do uso pleno e com maior autonomia por qualquer indivíduo, respeitando seus direitos, entre eles o de ir e vir. Esta pesquisa investigou a acessibilidade arquitetônica em uma escola do sertão de Pernambuco, com o objetivo de analisar as condições gerais de acessibilidade nos ambientes construídos, visando ao acesso dos discentes com deficiência física. Os objetivos específicos da pesquisa são identificar as estruturas acessíveis na escola; mapear os ambientes ditos acessíveis por meio de fotos in loco e realizar um comparativo das estruturas ditas acessíveis com a NBR 9050. Para tanto, utiliza-se como metodologia a pesquisa qualitativa, com realização de um estudo de caso, com fotos in loco para a análise. A amostra constou de seis fotos dos espaços denominados acessíveis pela instituição, sendo eles a rampa principal; o banheiro feminino; a área interna do banheiro; a fachada da escola e a área de circulação; o lado direito da escola (exterior); a passarela, e o acesso principal (escada). Os resultados apontaram que os espaços tidos como acessíveis pela escola não cumprem o que é previsto pela norma NBR 9050, dificultando assim o acesso dos alunos. Dessa

1 Mestre em Sociedade, tecnologia e políticas públicas pelo Centro Universitário Tiradentes – UNIT, autorprincipal@email.com;

2 Graduada do Curso de Engenharia Civil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB, campus Patos.;

maneira, é preciso empenho da comunidade escolar e do poder público para que todas as escolas se tornem acessíveis.

Palavras-chave: Acessibilidade, Barreiras arquitetônicas, Escola, Pessoas com deficiência.



INTRODUÇÃO

Concretamente, com as mudanças no processo histórico pelas quais passa a humanidade, as discussões acerca do tema da inclusão social e acessibilidade de pessoas com deficiência têm crescido no Brasil. Constantemente, somos incentivados, por meio das instituições de ensino, a abandonar todo e/ou qualquer tipo de discriminação e preconceito que possam comprometer e prejudicar o desenvolvimento social, visto que obstáculos provenientes dessas ações devem ser reavaliados para proporcionar um meio educacional de qualidade e que possua condições necessárias a esse público (Sasaki, 1998).

Trabalhar as questões que regem o acesso dessa parte da população no meio educacional influencia diretamente na vida e desenvolvimento do aluno com deficiência, visto que nem sempre as instituições de ensino apresentam as consideradas estruturas para atender a esse variados na sociedade, é fundamental pesquisar sobre essa temática no âmbito escolar; para isso, elegeu-se como objeto de estudo da presente pesquisa uma escola municipal situada no sertão de Pernambuco, onde foi averiguado se o espaço estava de acordo com as normas previstas na NBR 9050 (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2015), no que se refere à acessibilidade arquitetônica.

Nesse sentido, a pesquisa teve como objetivo geral analisar as condições de acessibilidade arquitetônica dos ambientes dessa escola do sertão de Pernambuco, no que tange ao acesso dos discentes com deficiência e, como objetivos específicos, identificar as estruturas acessíveis na escola; mapear os ambientes ditos acessíveis por meio de fotos in loco, e realizar um comparativo das estruturas ditas acessíveis com a NBR 9050 (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2015) — acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos) — a fim de verificar se as estruturas estão em acordo com as normas legais.

Encontrar uma definição sobre o que vem a ser a deficiência é uma questão que atinge diretamente o contexto atual. Por abranger diferentes entendimentos, a questão é retratada a partir das opiniões e efeitos individuais de cada pessoa, o que possibilita um caminho de várias interpretações ou adequações das soluções propostas. Dessa forma, a utilização desse termo por não estabelecer um conceito único se apropria de diferenças que acabam dificultando o reconhecimento e a integração desses indivíduos em sociedade.

Assim, por trazer uma vasta complexidade, o termo leva o meio social a tomar suas próprias conclusões, causando uma série de equívocos a seu respeito.

Segundo Diniz (2007, p. 78), “a deficiência é mais do que o enigma: é um desconhecido erroneamente descrito como anormal, monstruoso ou trágico, mas que fará parte da trajetória de vida de todas as pessoas que experimentam os benefícios da civilização”. Já conforme o artigo 2º da Lei nº 13.146 (Brasil, 2015), o Estatuto da Pessoa com Deficiência, o conceito de deficiência está ligado à pessoa que possui impedimento físico, mental, intelectual ou sensorial, cuja participação na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas é dificultada pela existência de barreiras.

Muitos estudos e pesquisas versam sobre temas como a acessibilidade e a inclusão no meio escolar. Embora na atualidade existam materiais e pesquisas referente a tais assuntos, que comprometem, o conhecimento, estes ainda ocorrem como um fator polêmico no direcionamento de seus conceitos, isso devido aos problemas relacionados ao desconhecimento do uso correto e aplicação dos termos, enquanto recursos oferecidos a esses indivíduos dentro da sociedade (Mantoan, 2003).

É preciso ter a compreensão sobre como a acessibilidade e a inclusão se manifestam enquanto objetivo para o processo de inserção e permanência das pessoas com deficiência em qualquer ambiente, inclusive o escolar. Assim, deve-se observar o contexto em que a acessibilidade remete ao uso dos aspectos físicos, sua condição e forma como possibilita a participação de todos na vida social; já a inclusão pode ser vista como um conjunto de ações e meios os quais valorizam a diversidade e combatem a exclusão dentro da comunidade humana (Sassaki, 1997).

Questionar, indagar, buscar esclarecimento, procurar saber a respeito do aspecto que envolve a acessibilidade e a inclusão, são ações de extrema importância para os discentes, assim como as experiências vividas nesses espaços é algo essencial para o desenvolvimento e formação desses alunos. Em vista disso, o paradigma de acessibilidade está associado ao “[...] conjunto de características de um ambiente, produto ou serviço, de modo que este possa ser utilizado com conforto, segurança e autonomia por todos — crianças, adultos e idosos —, independentemente de suas habilidades ou limitações” (Mendes, 2009, p. 26).

Uma sociedade que proporciona de forma justa e igualitária o acesso pleno ao meio social e educacional, sem qualquer tipo de discriminação, visa

proporcionar oportunidades e condições favoráveis de acesso e participação para todas as pessoas, respeitando e valorizando suas diferenças e necessidades vigentes (Brasil, 1988). Porém, apesar de toda organização existente na legislação brasileira no que se refere à acessibilidade, ainda é embrionário o cumprimento desse conjunto de leis, pois nem todo espaço habitado possuem as devidas estruturas que proporcionam os direitos de todo cidadão.

Dessa forma, fica evidente que, quando o acesso ao convívio digno é negado, surge a primeira barreira na participação da vida plena em sociedade. Muitas vezes, esse impedimento acaba comprometendo em grande escala a resolução dos desafios existentes sobre os grupos, retratados como subalternizados ou excluídos, pelo não cumprimento dos direitos já garantidos pela legislação. Desse modo, o Estado deve contribuir de forma ativa para as garantias mínimas dos cidadãos, reconhecendo a diversidade humana e seu vasto campo como meio precursor da justiça social que impede que as diferenças tomem caminhos opostos, como é o caso da desigualdade (Brasil, 1988).

O presente estudo justifica-se na inquietação pela responsabilidade conjunta em virtude da limitação ou expansão da participação das pessoas com deficiência na vida social, de modo a enfatizar o papel da sociedade como o principal mecanismo para organizar ideias sobre categorias de deficiência numa vasta gama de campos, pelo qual a deficiência é basicamente um modelo socialmente construído que pode criar efeitos que são medidos de acordo com a capacidade. Essas classificações determinam o comportamento social, que, segundo essa visão, é o primeiro passo para o preconceito.

Este trabalho teve como objetivo analisar as condições gerais da acessibilidade arquitetônica nos ambientes construídos, no que remete ao acesso dos discentes com deficiência em uma escola no Sertão de Pernambuco.

METODOLOGIA

Em julho de 2022, foi feito contato presencial com a direção da escola para que fosse assinada a autorização para a realização da pesquisa; em seguida, foram necessárias algumas visitas na escola para fotografar os ambientes da instituição de ensino. As fotos foram tiradas com o auxílio de um celular, o que facilitou a visualização devido à boa resolução da câmera, e além das fotos foram feitas anotações em seu diário de bordo sobre as dimensões dos espaços.

Com os dados em mãos, foram feitas as análises. Buscando adentrar em discussões e avaliações a respeito do tema, foi realizado na presente pesquisa um estudo de cunho qualitativo, que visa descrever a complexidade do assunto abordado. Trata-se ainda de um estudo de caso, visto que o objeto que está sendo analisado refere-se a apenas uma escola situada no sertão de Pernambuco.

De acordo com Martins (2008), o estudo de caso é caracterizado como a investigação de um fenômeno no contexto de vida real, sendo necessário se debruçar sobre o objeto de estudo e aprofundar-se em uma realidade social. Dessa forma, é uma metodologia adequada ao pesquisador (a) que pretende interpretar a realidade dentro de uma perspectiva complexa.

Foi utilizado como instrumento de coleta de dados as fotos in loco dos ambientes construídos ditos acessíveis pela escola. A população/amostra constou de seis fotos dos espaços denominados acessíveis pela instituição, sendo eles a rampa principal; o banheiro feminino; a área interna do banheiro; a fachada da escola e a área de circulação; o lado direito da escola (exterior); a passarela, e o acesso principal (escada). Em seguida, foram feitas as interpretações dos dados de forma exaustiva e cautelosa para não surgir lacunas no estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise foi pautada na coleta de dados a partir de fotos retiradas na escola onde foi realizada a pesquisa. No decorrer da coleta, percebeu-se que no local do estudo nenhum dos ambientes possuíam acessibilidade para as pessoas com deficiência visual. Com essa ausência, a análise foi direcionada para o acesso dos discentes com deficiência física. O primeiro ambiente a ser analisado consiste numa rampa localizada na entrada da escola.

A rampa (Figura 1) é um espaço da edificação que possui uma largura de 170 cm, contendo um patamar no final da rampa que possibilita uma mudança de direção aos usuários. Além disso, é possível observar que a ausência de um corrimão guarda-corpos dificulta um acesso ao ambiente, como também acaba comprometendo a segurança dos discentes pela sua ausência.



Figura 1- Rampa de acesso principal.



Fonte: Arquivo da autora, 2022.

A configuração do espaço confronta a NBR 9050 (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2015), a qual estabelece que a largura das rampas (L) deve estar de acordo com o fluxo de pessoas, contendo uma largura livre mínima recomendável para as rampas em rotas acessíveis com 150 cm, sendo o mínimo admissível de 120 cm. Da mesma forma, as rampas devem incorporar elementos de segurança, como guarda-corpo e corrimãos, guias de balizamento com altura mínima de 5 cm, instalados ou construídos nos limites da largura da rampa, o que não é observado no local.

As dimensões do banheiro feminino e masculino são as mesmas, contendo uma porta com 212 cm de altura e 79,5 cm de comprimento como é ilustrada na Figura 2, além das portas internas, que tem 59 cm e uma altura de 147 cm (Figura 3). Observa-se que esse espaço não contém em sua estrutura uma visibilidade clara de entradas de luz e ventilação que possibilite aos discentes um acesso pleno a esse local.

Na área externa do banheiro, visualiza-se um lavatório de material cerâmico de uma única cuba (Figura 3), de altura de 93 cm em relação ao piso. A

recomendação estabelecida pela NBR 9050 (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2015) para a altura das bancadas e lavatórios é entre 78 cm e 80 cm, a fim de que haja um alcance suficiente e acesso da pia para a pessoa que faz uso de cadeira de rodas. Além disso, o alcance máximo até a torneira deve ser de 50 cm, com a recomendação de que deve ser do tipo acionada por alavanca.

Figura 2 - Banheiro feminino.



Fonte: Arquivo da autora, 2022.

Figura 3- Área interna do banheiro.



Fonte: Arquivo da autora, 2022.

Percebe-se que há dificuldade ou inviabilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida utilizarem o banheiro, visto que são necessárias áreas de transferência e de manobra nesses espaços que promovam o acesso a qualquer pessoa, conforme o recomendado pela NBR 9050 (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2015). Observa-se que, além de a área interna do banheiro ser bem reduzida para qualquer tipo de movimentação, principalmente se considerado que uma pessoa necessitaria fazer o giro de uma cadeira de rodas para ter o acesso a esse espaço.

Entende-se a fachada como os lados de uma edificação que é composta por faces exteriores de uma área. Nesse caso, será analisada, na figura 4, a parte externa da edificação. A fachada da escola não possui qualquer tipo de rampa ou itens que colaborem para o fácil acesso ao espaço interno e também podem ser observados os desníveis e a má qualidade no calçamento para o uso dos presentes e futuros discentes da escola.

Figura 4 - Fachada principal: perspectiva lateral.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2022.

Figura 5- Fachada principal: perspectiva frontal.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2022.

Após a avaliação foi possível detectar falhas que comprometem e desvinculam a acessibilidade na entrada da Escola. O portão principal é feito de metal (Figura 5) e tem 124 cm de largura e 277 cm de altura. Já a calçada contém uma largura 220 cm, e não apresenta em sua estrutura a colocação de uma rampa, o que impede o acesso, por exemplo, de uma pessoa que é cadeirante e que deseja frequentar esse ambiente.

A NBR 9050 (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2015) considera que, em portas de correr, seja recomendada a instalação de trilhos na sua parte superior. Os trilhos ou as guias inferiores devem estar nivelados com a superfície do piso, e eventuais frestas resultantes da guia inferior devem ter largura de no máximo 15 mm. Além disso, a calçada destinada exclusivamente à circulação de pedestres deve ser contínua entre lotes, livre de qualquer obstáculo, com uma inclinação transversal até 3 %, e ter no mínimo 120 cm de largura e 210 cm de altura livre.

A área externa da edificação apresenta em sua composição uma calçada com desnível que dificulta a circulação de pessoas, como é visto na Figura 6, tendo ainda uma porta de emergência e uma “rampa” nesse espaço. A porta possui 83 cm de largura e 210 cm de altura, sendo composta de material de ferro (Figura 7).

Figura 6 - Área esquerda da escola: perspectiva lateral.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2022.

Figura 7 - Área esquerda da escola: perspectiva frontal.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2022.

É previsto na NBR 9050 (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2015) que as edificações e equipamentos urbanos, assim como todas as entradas e as rotas de interligação às funções do edifício, devem ser acessíveis. Isso implica a colocação de sinalização utilizada para indicar rotas de fugas de forma visual para o público, medida da abertura tomada entre a aresta vertical exterior do batente e a aresta vertical interior da porta tem que ser igual ou superior a 400 mm. Quando o vão da abertura for inferior a 250 mm, a folha deve pelo menos encostar no batente. Sob tal análise é possível observar a falta de acessibilidade ao local. Desse modo, foram muitas as irregularidades encontradas durante o processo.

Os degraus da escada podem ser considerados o meio pelo qual alguém pode obter acesso a diferentes pavimentos do espaço escolar. Como pode ser observada na Figura 8, a escada da escola possui cinco degraus contendo espelhos de 12 cm de altura e 127 cm de comprimento, com um corrimão para o auxílio da passagem dos usuários. No entanto, não foi incorporada uma sinalização tátil ou outro modelo para a visualização do piso que servisse de alerta ou de direção, e nem características antiderrapantes na superfície dos pisos.

Figura 8 - Escada principal.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2022.

A NBR 9050 estabelece que “a largura das escadas deve ser estabelecida de acordo com o fluxo de pessoas, conforme ABNT-NBR 9077 (apud Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2015). A largura mínima determinada recomendável para escadas fixas em rotas acessíveis é de 150 cm, sendo o mínimo admissível 120 cm em sua composição. Já os corrimãos devem ser instalados em rampas e escadas, em ambos os lados, a 92 cm e a 70 cm do piso, medidos da face superior até o ponto central do piso do degrau no que se refere às escadas. Por fim, pôde-se observar irregularidades no tamanho dos degraus da escada, que não cumpre o que é previsto pela norma.

Passarelas podem ser consideradas como elementos estruturais construídos como uma espécie de ponte para o tráfego de pessoas. Nas Figuras 9 e 10, vê-se a passarela, que possui 170 cm de largura, sendo utilizada para o acesso aos outros ambientes da escola.

Figura 9- Passarela perspectiva lateral.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2022.

De acordo com a NBR 9050 (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2015), a largura da passarela deve ser determinada em função do volume de

pedestres estimado para os horários de maior movimento. Dessa forma, é previsto que as passarelas de pedestres devem ser providas de rampas e escadas, para sua transposição, contendo largura mínima de 300 cm.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A acessibilidade se baseia no princípio de que os indivíduos possuem o direito de construir laços sociais e participar ativamente na sociedade, inclusive as pessoas que têm deficiência ou mobilidade reduzida. Trazer esse tema como foco principal desse processo foi fundamental para realçar a necessidade de haver espaços acessíveis de maneira universal, e que garantam um bom desenvolvimento no ensino aprendizagem de cada aluno. Por isso, foi interessante perceber em um contexto sociocultural os aspectos que apontam para o ambiente escolar como um caminho para o rompimento de barreiras e qualquer outro estigma social formado.

Além da acessibilidade, questões como a inclusão e o acesso e leis vigentes, desenvolveram um papel de destaque nesta pesquisa. Sendo abordadas em grande parte como um meio pelo qual a acessibilidade deve ser conduzida nos espaços escolares, foram observados os reais problemas que norteiam tais ambientes no seu uso pleno.

Ao final da análise dos dados foi possível apontar que a acessibilidade da referida escola não se encontra de acordo com as normas da NBR 9050 (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2015), comprometendo, de certa maneira, a permanência do aluno com deficiência no ambiente escolar. Não obstante, é preciso empenho da comunidade escolar e do poder público para que todas as escolas se tornem, verdadeiramente, acessíveis, garantindo o cumprimento da legislação vigente para essas pessoas que ainda são excluídas cotidianamente.

Por fim, acredita-se que este estudo possa estimular a realização de novas pesquisas relacionadas a essa temática, de forma a contribuir para resolver questões relacionadas à problemática em questão.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 9050**: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm >Acessado em 17 de mai. 2022

BRASIL. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015**. Estatuto da Pessoa com Deficiência. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2019, DF: Senado Federal, 2015. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/554329/estatuto_da_pessoa_com_deficiencia_3ed.pdf. Acesso em 4 de set. 2022.

DINIZ, D. Cuidado e deficiência. In: **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense; 2007. Disponível em: <https://www.fcm.unicamp.br/fcm/sites/default/files/2016/page/texto_o_que_e_deficiencia-2.pdf > Acessado em: 12 de mar. 2022

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003. Disponível em: <<https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria-Teresa-Egl%C3%A9r-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf>> Acessado em 12 de mar. 2022

MARTINS, G. A. **Estudo de caso**: uma reflexão sobre a aplicabilidade em pesquisas no Brasil. Revista de Contabilidade e Organizações, v. 2, n. 2, p. 9-18, jan./abr., 2008. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rco/article/view/34702>>. Acesso em 2022. 10 set. 2022.

MENDES, A. B. **Avaliação das condições de acessibilidade para pessoas com deficiência visual em edificações em Brasília – estudo de casos**. Brasília: UNB, 2009. 185 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: < <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/6935> > Acessado em: 14 de abr. 2022

SASSAKI, R. K. Entrevista com Romeu Kazumi Sassaki realizada pela Secretaria de Educação Especial, do Ministério da Educação e do Desporto. **Revista Integração**, n. 20, v. 8, p. 1-36, 1998.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: Construindo uma Sociedade para Todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.